

A produção científica no Brasil sobre as parcerias público-privadas e a formação continuada de professores

Scientific production in Brazil about public-private partnerships and continuing training of teachers

Mary Jose Almeida Pereira¹
Arlete Maria Monte De Camargo²
Maely Ferreira Holanda Ramos³

Resumo

Este artigo tem o objetivo de construir um panorama da produção científica realizada no Brasil acerca das parcerias público-privadas na formação continuada de professores da educação básica, fundamentado em pesquisas de periódicos encontrados na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, referentes ao período de 2006 a 2019. Essas parcerias se referem a contratos entre o poder público e o setor privado, no intuito de ofertar formação aos docentes em exercício na educação básica. Para tanto, após consulta aos objetivos de cada artigo, foram selecionados dez artigos a partir desse levantamento. Os resultados indicam que, apesar das parcerias público-privadas terem se expandido nas últimas décadas no Brasil, ainda são escassos os estudos que têm como objeto a formação continuada, o que nos leva a concluir que há a necessidade de ampliar o repertório das pesquisas sobre a temática, de forma crítica.

Palavras - Chave: Parcerias público-privadas. Formação continuada de professores. Revisão Sistemática.

Abstract

This article aims to build an overview of the scientific production carried out in Brazil about public-private partnerships in the continued education of basic education teachers, based on research of

¹ Doutoranda em Educação (2018), linha de pesquisa: Formação de professores, trabalho docente, teorias e práticas educativas do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/ICED/UFGPA)..

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1977), mestrado em Educação Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Titular Aposentada da Universidade Federal do Pará, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha Formação de Professores, Trabalho Docente Teorias e Práticas Educacionais na condição de professora visitante. Orientadora de mestrado e doutorado.

³ Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento - Psicologia (UFPA - 2015). Realizou pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento - Psicologia (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA - 2010), com graduação em Pedagogia (IDEPA). Atualmente é professora Adjunta da UFPA, vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP -UFPA) e é professora permanente e vice coordenadora da linha de pesquisa Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED- UFPA).

journals found in the database of the Scientific Electronic Library Online - SciELO and of journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Capes, referring to the period from 2006 to 2019. These partnerships refer to contracts between the government and the private sector, in order to offer training to teachers working in basic education. Therefore, after consulting the objectives of each article, ten articles were selected from this survey. The results indicate that, although public-private partnerships have expanded in the last few decades in Brazil, there are still few studies that focus on continuing education, which leads us to conclude that there is a need to expand the repertoire of research on thematic, critically.

Keywords: Public-private partnerships. Continued teacher training. Systematic review.

Introdução

As parcerias público-privadas, como categoria de pesquisas, mostram no cenário atual brasileiro, em especial nas políticas públicas, alternativas de melhoria da qualidade do ensino no que se refere à educação básica. Verifica-se, assim, uma ampliação dessas parcerias na *interface* com a formação de professores como elemento-chave para se atingir essa qualidade.

Dessa forma, o setor privado, através de suas empresas e institutos, vem adentrando o campo da formação docente, tendo em vista o alcance que essa associação entre esses setores assume. Por ser um objeto de pesquisa ainda pouco analisado, procuramos sistematizar as produções científicas nacionais publicadas em periódicos e encontradas na base de dados da *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, bem como os periódicos encontrados na base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, nos últimos treze anos (2006 a 2019).

Nosso objetivo foi identificar o que se tem pesquisado e publicado nos artigos científicos que tivessem como objeto de pesquisa, as parcerias público-privadas e a formação continuada dos professores da educação básica no Brasil, com vistas a analisar os principais objetivos desses trabalhos⁴.

O panorama da produção científica ora realizado acerca das parcerias público-privadas na formação continuada de professores da educação básica poderá apontar para a reflexão sobre o papel desempenhado pelo setor privado na condução da formação dos professores no nosso país e, por conseguinte, direcionar até novas pesquisas. Além disso, espera-se que os resultados fomentem alternativas de formação continuada para as redes de ensino em âmbito estadual e municipal, que associam, na atualidade, a preocupação com a qualidade da

⁴Estudo resultante de projeto de doutorado em andamento (2018) no Programa de Pós Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal do Pará, que trata sobre a Parceria público-privada da empresa Natura e a formação continuada de professores da Educação Básica do Brasil.

educação e da aprendizagem, ao alcance das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Portanto, a intenção é a de que essas possibilidades procurem considerar os diferentes contextos regionais e a diversidade escolar existente, que abrange professores e alunos, seus saberes e experiências, ou seja, elementos que envolvem a dimensão socioeconômica e cultural da realidade educacional.

O artigo foi desenvolvido em três momentos, no primeiro momento os aportes teóricos em que apresentamos as bases que nos possibilitam a reflexão e análise discutindo o conceito de parceria público privada, no segundo a metodologia que descrevemos os passos da revisão sistemática para melhor compreensão da temática, e, no terceiro momento, os resultados alcançados em categorias analíticas a partir da revisão.

2. Referencial Teórico

No Brasil, as parcerias público-privadas são fortalecidas a partir das mudanças na função do Estado nacional na transição do século XX para o XXI. Nesse contexto, as reformas políticas e econômicas ocorridas apontam para a desresponsabilização do Estado como executor das ações sociais e atribuem a ele a função de avaliador, fiscalizador e não mais promotor das políticas sociais. (MÉSZAROS, 2008).

Na sociedade capitalista segundo Peroni (2016, p. 02) “o relacionamento entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas; não é uma questão de determinação, mas de relação e processo” sendo assim, estado e sociedade civil são parte intrínseca do processo, ou seja, ambos são “perpassados por interesses mercantis”, esses interesses representam projetos societários e de educação em disputa, “portanto, entende-se que as políticas sociais são respostas às lutas sociais, em um processo histórico de correlação de força” (PERONI, 2016, p. 4).

Sendo assim, Peroni e Caetano (2015) analisam que as reformas de caráter neoliberais, representam a manifestação dos interesses de classe que redefinem o compromisso de financiamento do público estatal, antes de responsabilidade do estado, para o público não estatal ou para o setor privado. Entretanto, o que se verifica é que continua havendo investimento de recursos públicos, mas a regulação desse serviço, o controle propriamente dito, seria da sociedade civil. Em suma: esse deslocamento se configura como a privatização do público, materializada de várias formas através da alteração da propriedade, ocorrendo, assim, a passagem do estatal para o público não estatal ou privado.

O público não estatal ou privado se configura segundo Freitas (2018) na forma de concessão patrocinada ou administrativa, sendo, uma “forma de conceber o processo de privatização, como não sendo privatização, é que se dá o nome de “público não estatal”, e que não passa de uma privatização disfarçada”. O autor lembra ser o mesmo conceito de “publicização” adotado pela “reforma de estado”, no Brasil, em 1990. O termo privatização estava inicialmente vinculado à venda de empresas estatais, enquanto que para outras áreas, entre elas a educação, defendia-se o termo publicização – leia-se concessão à iniciativa privada sob contrato.

Peroni (2016. p.10) afirma que na educação o público não estatal “a propriedade permanece pública, mas a direção do conteúdo das políticas educativas é repassada para o setor privado”, sendo assim, as parcerias público-privadas têm se alinhado a essa perspectiva. Por conseguinte, a relação entre o “público” e “privado” vem a se constituir na parceria público-privada (PPP), na qual o termo “parceria” designa os contratos de gestão entre o público e determinada organização social, em que são formalizados acordos firmados pelos órgãos do estado com setores da iniciativa privada.

Segundo Di Pietro (2008), esses contratos dizem respeito ao modo como a administração pública pode ser mais eficiente. Seu amparo legal está previsto no artigo 37, §8º da Constituição Federal, incluído na Emenda Constitucional nº 19/1998. Tal dispositivo ampliou a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos entes administrativos, representando uma nova modalidade de concessão de serviços públicos – antes exclusivos do Estado – para almejar melhores resultados.

Bezerra (2008) entende que a parceria representa a relação entre administração pública e setor privado, mas esse último assume parcial ou totalmente as responsabilidades, tradicionalmente, atribuídas em sua totalidade ao poder público. Esse vínculo vai além de um simples “contrato” de compra e venda, visto que se trata da intervenção que o setor privado realiza junto à administração pública, com vistas à concretização de objetivos de interesse público e pelo conjunto de ações oferecidas pela iniciativa privada, a qual passa a manter uma relação constante com a gestão pública parceira. (BEZERRA, 2008).

Peroni (2018, p. 04) “não trata o público e o privado apenas como propriedade, mas como projetos societários em relação, permeados por classes sociais em correlações de forças”, que tem consequência para redefinir até o conceito do que venha a ser público, uma vez que “as instituições são de propriedade pública, mas se o processo decisório está ausente, já que tudo é previamente definido e monitorado por uma instituição privada e os professores

apenas executam tarefas, entendemos que este também é um processo de privatização da educação”.

No Brasil, essas parcerias vêm se ampliando a partir dos anos 2000 e intensificando o processo de privatização na educação, essa ampliação se dá no momento em que os sistemas educacionais procuraram se adequar ao modelo de gestão burocrática para o modelo de gestão empresarial, conforme indicam Silva e Carvalho (2014). O modelo de gestão empresarial se configura como sendo uma adequação da máquina pública aos modelos de uma empresa, com estratégias e captação de resultados.

Nessa perspectiva, a escola é vista como uma empresa (FREITAS, 2018; LAVAL; 2019) e a qualidade do ensino como uma mercadoria que pode “ser comprada pelos pais” e os professores são visto como não mais transmissor de conhecimento, pois, sua competência profissional não está mais somente no acúmulo teórico e prático, serão acrescentados seus valores comportamentais e capacidade de ação, ou seja, a educação na lógica empresarial requer um novo perfil do professor que segundo a OCDE deve ter o espírito da empresa e em suas qualidades morais deverá ser uma competência necessária para lhe integrar ao grupo. O professor terá um perfil de empreendedor com o papel de motivar, orientar, avaliar, ele deve ser um coach e pesquisador do ensino.

Segundo Laval (2019, p.30) existe uma nova ordem educacional e está ligada a perda progressiva da autonomia das escolas, acompanhada de uma valorização das empresas (organização, empreendimentos, discursos), em que tudo que for desse ramo é elevado a um ideal normativo. Nessa parceria “a própria empresa torna-se qualificadora e envolvida no aprendizado e acaba se confundido com a instituição escolar em estruturas de aprendizagem, flexíveis”, isto é, a própria empresa assumirá a formação profissional e será a responsável pelas políticas de formação que visem atender aos mercados locais a partir de estratégias tais como as empresas colaborar com a educação e formação incorporar a formação continuada nos planos estratégicos da empresa, assim formará em ideologia o profissional que almeja.

O processo de privatização ocorre também em relação ao currículo escolar, com o setor privado contribuindo decisivamente para a definição do conteúdo da educação pública tais como são perceptíveis na atuação do Movimento Todos pela Educação – atua na definição da agenda educacional no Brasil. Peroni (2016, p. 9) aponta que a ampliação da privatização do público parte também da “apropriação da lógica do privado na administração pública através da gestão gerencial, e quando abre mão de decidir o conteúdo da educação, repassando a direção para instituições privadas”. No item a seguir, apresentaremos os passos

para a construção da revisão sistemática sobre as parcerias público-privada e a formação continuada de professores, e as análises no decurso dos trabalhos encontrados.

3. Método

A revisão sistemática - RS, segundo Sampaio e Mancini (2006), é uma forma de pesquisa que utiliza, com fonte de dados, a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, além da apreciação crítica e da síntese de todas as informações. Rother (2007, p. 2) diz que “[...] é uma revisão planejada para responder uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados desses estudos incluídos na revisão”.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da literatura nacional, considerando os sete passos indicados por Cochrane (2000) como guia para o processo de construção de um trabalho de revisão sistemática de qualidade, quais sejam: 1) delimitação da questão a ser pesquisada; 2) localização e seleção dos estudos; 3) avaliação crítica dos estudos; 4) coleta de dados; 5) análise e apresentação dos dados; 6) interpretação dos dados; e 7) aprimoramento e atualização da revisão.

O processo de levantamento dos dados foi realizado em maio de 2018 e atualizado em 2019, no mesmo mês, nas seguintes bases de dados para artigos SciELO e CAPES. Elas foram escolhidas por contemplarem os principais periódicos que publicam sobre a temática deste estudo.

Foram analisados artigos e resumos completos que estivessem nos critérios de inclusão, os quais deveriam ser: 1) escritos em língua portuguesa; 2) acesso gratuito; 3) publicados entre 2006 a 2019; 4) revisados por pares; e 5) ter como foco a investigação das parcerias público-privadas e formação continuada de professores. A busca ocorreu por meio dos seguintes descritores e operadores booleanos: (AND, OR). Dessa maneira, formaram-se estratégias de busca representada pela equação, a saber. **Equação:** (Parceria público-privada OR privatização do ensino OR mercantilização da educação) AND (professores OR docentes OR educadores) AND (formação continuada OR formação contínua OR formação pedagógica).

Os artigos selecionados, com a aplicação da equação de busca, foram submetidos a um teste de relevância aplicado por dois juízes, visando maior fidedignidade dos dados. Os mesmos foram dois avaliadores independentes, com conhecimento na área que fizeram a leitura dos artigos e deram o parecer com base na relevância de cada um para compor o estudo em questão. Segundo Muñoz et al. (2002, p.03), o teste de relevância “é um instrumento que define e limita o tipo de pesquisa que vai ser útil para a RS”. Para esse teste, buscou-se atender aos critérios de inclusão e exclusão, com base na elaboração de um questionário constituído por perguntas que geram uma resposta afirmativa ou negativa, considerando que questões mal formuladas levam a decisões vagas sobre o que deve ou não ser incluído na revisão (ATALLAH; CASTRO, 1997). As perguntas devem ser claras porque elas são essenciais na definição da estrutura da RS, de modo que, junto aos objetivos do estudo, possam ser utilizadas pelos leitores como parâmetros iniciais para estimar a importância do tema tratado. (COUNSELL, 1997).

A pesquisa considerou para análise as perguntas que deveriam ser respondidas com as alternativas “sim” ou “não”: “O objetivo do artigo tem relação com o tema investigado?”; “O resumo contempla todos os elementos necessários?”; “O artigo tem méritos para ser incluído na revisão sistemática?”. As inclusões dos artigos nesta revisão sistemática passaram por esse teste de relevância pelos juízes, para os quais foram enviados onze artigos selecionados, a fim de compor a avaliação de um quantitativo de dez produções. Os artigos excluídos abordavam formação continuada e as PPPs em outras áreas que não a educacional, bem como pesquisas sobre formação continuada e PPP cujos focos não estivessem direcionados para os professores da educação básica.

Após a eliminação dos artigos duplicados, eles foram analisados a partir do *qualis* da revista, título e resumo do artigo, considerando os critérios de elegibilidade, autores, ano de publicação e objetivos. Todos os achados que não obedeceram aos critérios de inclusão mencionados foram excluídos. Além disso, foi aplicada a técnica da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011, p. 15), “é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e conteúdos) extremamente diversificados”.

As etapas que integram a análise de conteúdo, segundo a autora, são procedimentos que orientam a investigação dos dados que vai da pré-análise à exploração do material e interpretação das informações. A pré-análise é a fase da organização das informações, etapa na qual fizemos a leitura dos artigos e a análise das informações coletadas. A segunda etapa

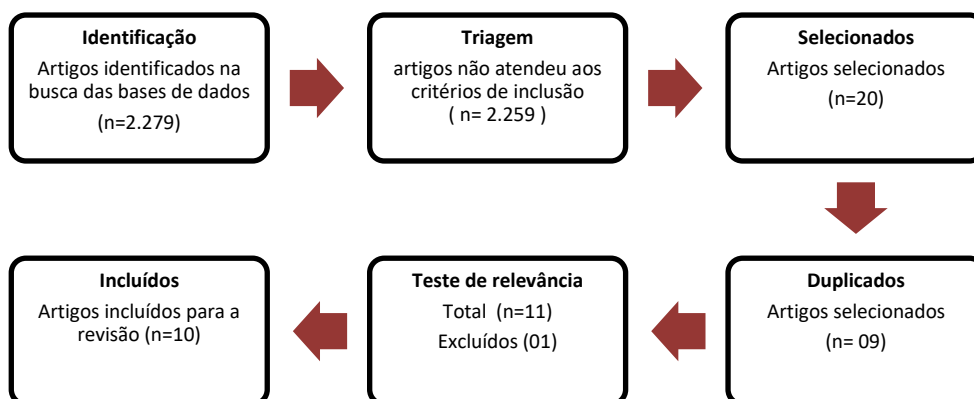
foi a exploração do material, fase em que construímos as operações de codificação e recortamos as unidades de registros dos objetivos do artigo e, em seguida, realizamos os agrupamentos que deram origem às categorias.

Os artigos foram analisados elegendo as unidades de registros, assim definidas por Bardin (2011, p.134): “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento do conteúdo considerado unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial”. Esta forma permite fazermos os recortes no nível semântico e as etapas de codificação das categorias, até se chegar à síntese de análise seguindo as orientações da análise de conteúdo. Na terceira etapa, chamada de inferências e interpretação, buscou-se averiguar os conteúdos apresentados nos artigos.

4. Resultados e discussão

A partir da pesquisa nas bases de dados, identificou-se, de modo geral, 2.279 artigos, sendo que 35 na base de dados SciELO e 2.244 na base de dados da CAPES – Periódicos. Após os critérios de inclusão e eliminação por duplicatas, e o teste de relevância de cada artigo, 2.269 artigos foram excluídos nessa triagem, com base nos títulos e resumos que não contemplassem a temática que constitui o objetivo desta revisão, ficando 10 artigos para avaliação. O processo de seleção é ilustrado na Figura 1.

Figura 1– Procedimentos de Seleção dos artigos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Os artigos que foram aprovados pelos juízes formaram a amostra final, organizados no quadro 01, o qual apresenta as características que foram avaliadas neste estudo. Aqui, consideramos o *Qualis* conforme classificação do periódico no período de 2017 a 2018, com base na Plataforma Sucupira, na área de avaliação “educação”, a fim de identificar a especificação das revistas, além dos títulos, autores e os objetivos de cada artigo.

QUADRO 01 – Artigos incluídos na revisão sistemática, selecionados nas bases *SciELO* e *CAPES*, no período de maio de 2018 a maio de 2019

Ano	Revista/Qualis	Título do artigo	Autores/ano de publicação	Objetivos
2012	Acta Scientiarum/A2	O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação.	Marilú Dascanio Ramos; Wisllayne Ivellyze de Oliveira Dri.	Identificar como a lógica da esfera privada tem interferido nas políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil.
2012	Acta Scientiarum/A2	Descentralização e formação continuada de professores na RMC.	Vicente Rodriguez; Marcelo Vieira.	Compreender as novas formas institucionais para oferta de formação continuada de professores, na Região Metropolitana de Campinas (RMC)
2012	Educação e Sociedade/ A1	As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?	Tereza Adrião; Teise Gárcia, Raquel Borghi, Lisete Arelaro.	Analisar a natureza e as consequências de parcerias firmadas entre setores privados e governos municipais paulistas para atendimento da educação infantil e do ensino fundamental.

2014	Revista Ambiente e Educação/B4	Relações entre o público e o privado e a formação de professores no programa jovem de futuro do Instituto Unibanco	Maria Raquel Caetano, Vera Maria Vidal Peroni.	Analisaremos a formação dos professores na proposta do Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro, abordando o conteúdo da proposta de gestão do programa.
2014	Acta Scientiarum/A2	Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina.	Valéria Silva Ferreira; Sandra Cristina Vanzuita da Silva.	Mapear, caracterizar e analisar o processo de ampliação dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais municipais de Santa Catarina.
2015	Caderno Cedes/A1	Formação continuada em serviço em contextos descentralizados.	Vicente Rodriguez Domingos Pereira da Silva.	Discutir o viés centralista que utiliza o controle avaliativo para implementar o regime de colaboração nas políticas de formação continuada.
2016	Educação e Realidade/ A1	Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público	Vera Maria Vidal Peroni; Maria Raquel Caetano.	Apresentar um estudo que analisa a materialização das relações entre o público e o privado em uma parceria entre o Instituto Unibanco e escolas públicas de Ensino Médio no Brasil.
2016	Educação e Sociedade/ A1	Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites a efetivação do direito a educação.	Theresa Maria de Freitas Adrião, <i>et al.</i>	Analisar os documentos oficiais e institucionais, e, em entrevistas com gestores municipais, a atuação de cinco grupos empresariais em redes municipais de educação básica.
2018	Acta Scientiarum/A2	Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores.	Maria Raquel Caetano.	Analisar a materialização das relações entre o público e o privado através do programa de formação de professores intitulado “Ensina Brasil”, que integra a rede global <i>Teach for All</i> , em parceria com estados e municípios brasileiros.
2018	Educação/A2	A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores	Maria de Fátima Cossio.	Analisar o contexto em que emergem as políticas educacionais, sobretudo aquelas voltadas à formação de professores.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os resultados das escolhas das categorias iniciais tiveram origem nos objetivos dos artigos. Posteriormente, foram sintetizadas as categorias secundárias e as categorias finais. Segundo Bardin (2011), a definição de uma categoria consiste em uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, que, logo após, é reagrupado segundo os critérios definidos. Neste trabalho, o critério foi semântico e as escolhas das categorias temáticas foram por aproximação dos significados das palavras no contexto do estudo, conforme quadro 02.

As categorias reúnem um grupo de elementos que são as unidades de registro sob um título genérico, são as categorias iniciais chamadas de inventário ou levantamento inicial, que visam “fornecer por condensação uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p.119). Os agrupamentos são feitos com base nas características comuns desses elementos e, em seguida, são reagrupados a partir de suas frequências (f), as quais são medidas de indicadores, em categorias intermediárias. Chega-se às categorias finais a partir das intermediárias e, como estas foram às mesmas da final, exclui-se o quadro por não haver um novo agrupamento, como apresentado no quadro 02.

Quadro 02 – Síntese das categorias

Categorias iniciais	(f)	Categorias finais	(f)
Esfera privada	02	Privatização da educação	06
Privatização	01		
Privatização da educação	01		
Ensino privado	01		
Mercantilização da educação	01		
Parcerias público-privadas	03	Parcerias público-privadas	05
Consequências das parcerias público-privadas para a educação	01		
Rede de parcerias	01		
Política de formação continuada	02	Modalidades de ofertas de formação continuada de professores.	04
Novas modalidades de ofertas de formação continuada de professores.	01		
Formação de professores no Programa Jovem de Futuro.	01		

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com base nas sínteses das categorias desde a inicial, intermediária e final, verificamos as análises dos agrupamentos e do que tratam cada uma no levantamento realizado. Isso ocorreu tendo em vista que, para se chegar no debate das categorias finais, as iniciais e intermediárias foram avaliadas à luz de suas frequências e relevância.

- **Privatização da educação**

Os artigos que discorreram sobre a categoria “privatização da educação” ($f = 06$) foram: Ramos e Dri (2012), Ferreira e Silva (2014), Peroni e Caetano (2016) e Adrião et al. (2016). Apesar de não ter como objeto central a formação de professores, incluímos aqui para análise, pela discussão que trazem, categorias iniciais como a mercantilização, esfera privada, ensino privado e privatização da educação. Essas seções foram agrupadas, permitindo-nos condensar a privatização da educação enquanto categorial final desse trabalho, a qual vem adentrando as escolas públicas como uma lógica que tem interferido nas políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil (RAMOS; DRI, 2012). Além disso, as parcerias público-privadas têm sido disseminadas e representam “um reflexo das reformas do Estado nas últimas décadas, as quais têm intensificado o processo de mercantilização da educação” (RAMOS; DRI, 2012).

Essa mercantilização⁵ vem se materializando nas relações entre o público e o privado, em parceria entre empresas e seus institutos, a exemplo do Instituto Unibanco e escolas públicas no Brasil. (CAETANO; PERONI, 2016). Tais discussões sinalizam alguns elementos que precisam, inclusive, de pesquisas para melhor entender esse processo. Um primeiro elemento é o de que há, segundo Peroni e Caetano (2016), uma participação efetiva de institutos vinculados a empresas e bancos que não têm nenhum vínculo com o setor da educação, e os que possuem vínculo com a educação pertencem a instituições privadas com fins lucrativos e defendem uma lógica de mercado. Outro elemento é a estreita relação entre o governo, nas diferentes esferas, e os institutos vinculados às empresas, através de representante ocupando cargos políticos em gestões.

Por meio dessa relação mais próxima, percebem-se influências nas políticas de educação que costumam favorecer os interesses empresariais e não apenas parcerias pontuais. Ou seja, a privatização da educação pública traz consequências não apenas para a efetivação do direito à educação, que ainda não é uma realidade para todos no país, mas compromete e direciona que tipo de sujeito e formação deve receber, definindo os currículos que têm o mercado como parâmetro de qualidade. (CAETANO; PERONI, 2016).

⁵A mercantilização é o ato de “fazer com que seja comercializado; transformar (alguma coisa) em mercadoria” (AURÉLIO, 2016), ou seja, nessa lógica mercantil, a educação é considerada mercadoria.

Outra análise é realizada por Ferreira e Silva (2014), os quais indicam que as empresas não são apenas meras fornecedoras de apostilas e ferramentas pedagógicas, uma vez que elas têm cada dia mais influenciado às políticas locais da educação e até a organização do trabalho docente e administrativo, desenvolvido em cada uma das unidades de ensino da rede pública. Como exemplos, os autores citam as escolas de Santa Catarina, na região sul do Brasil, em que se difunde o entendimento da qualidade dos serviços prestados por essas empresas de serviços educacionais, além da difusão da ideia de que representam a melhor solução para a melhoria dos problemas no ambiente escolar (FERREIRA; SILVA, 2014, p. 205).

Portanto, percebemos que as pesquisas sobre a privatização da educação básica apontam para uma participação cada vez mais efetiva do setor privado, de grupos e empresários brasileiros na definição de políticas e orientação da base curricular. Além disso, elas indicam uma constante assessoria aos municípios e a padronização das redes municipais via apostilamentos, propostos por esses setores às instituições de ensino público.

- **Parcerias Público-Privadas**

Sobre a categoria “parcerias público-privadas” ($f = 05$), identificamos dois artigos, cujos autores, Cóssio (2018) e Adrião et al. (2012), focaram nas parcerias com a educação, apontando categorias iniciais como “rede de parcerias” e as consequências delas. O objeto de estudo dessas parcerias, voltadas para à gestão educacional, foram incluídos por contemplar, nas discussões desenvolvidas por esses autores, reflexões sobre a formação continuada de professores.

Cóssio (2018) anuncia que o Estado organizado de modo centralizado não vem atendendo às necessidades da sociedade, o que tem suscitado a privatização da educação. Ela ressalta, ainda, que a lógica do setor privado tem direcionado o setor público em todos os níveis e etapas da educação. Sobre esse assunto, a autora alerta que

o empresariamento da educação, através da participação ativa dos setores de mercado, seja uma forma de privatizar a educação pública, o slogan dos empresários, assumido pelo governo brasileiro, “todos pela educação”, alcança o consenso, só que não foi dito que era “**todos pela educação para o mercado**”. (CÓSSIO, 2018, p.72).

Em relação a essa questão, Adrião et al. (2012) fazem uma análise da natureza das colaborações entre empresas e municípios paulistanos, no atendimento à educação infantil e fundamental em 645 municípios paulistas, onde os autores se voltaram para a natureza e as consequências de parcerias estabelecidas entre setores privados e os governos municipais. Na análise feita pelos autores, fica evidente que o estabelecimento dessas parcerias está associado à compra, pelos municípios, de materiais didáticos oferecidos aos professores e alunos.

Para além dessa expansão do mercado, os autores apontam preocupação com essas parcerias, em que as “empresas oferecem assessorias e procedimentos de avaliação sobre o uso adequado dos materiais, ‘treinamentos’ a docentes e acesso a portais com instruções detalhadas sobre sua utilização” (ADRIÃO et al., 2016, p. 538). Isso restringe a oferta de um direito público, a educação escolar, à lógica mercadológica, empresarial.

Dessa forma, as empresas privadas têm oferecido, ao setor público, uma proposta de ensino restrita à lógica do mercado, o que tem refletido na organização dos tempos e rotinas de trabalho docente⁶ nas unidades escolares, na política educacional e, especialmente, na formação dos professores. Isso corrobora a instituição de formas de controle do trabalho docente e uma tendência à privatização da educação, o que dificulta sua expansão como direito de todos e o dever do Estado em garantir um ensino gratuito e de qualidade.

Além disso, constatamos que as empresas têm atuado em redes de parcerias para atender ao mercado educacional. Segundo Ball e Olmedo (2013), esses setores atuam em redes globais em educação, que têm assumido uma hegemonia no campo do ensino e redimensionado o conceito de público. Essas redes, que os autores denominam de “novos filantropos”, vêm atuando em âmbito global através de Organizações Não Governamentais (Ongs, Institutos, empresas), o que altera a concepção de filantropia, passando de “caridade paliativa”, etimologicamente “amor à humanidade”, para uma “caridade lucrativa”, fazer o bem mais, mas aliada ao lucro. Ball e Olmedo (2013) chamam ainda atenção para as influências tênues dessas redes nas políticas sociais e educacionais dos países que atuam e, ao mesmo tempo, captam recursos oriundos do fundo público, em forma de parceria público-privada.

O panorama da pesquisa aqui analisada aponta ainda que há poucas produções científicas que têm, como objeto de pesquisa, a formação continuada, ofertada pelo setor

⁶Segundo Oliveira (2012), essa categoria abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas.

privado, empresas ou em redes globais de atuação, que indiquem de que formas essas parcerias vêm se organizando nos municípios e estados, apesar do crescimento de institutos e fundações das empresas que prestam serviços no campo educacional, inclusive na formação docente.

Adicionalmente, o trabalho aponta que não houve estudo que explicitasse forma de realização das ações no campo da formação continuada nos municípios e, além disso, não há estudos sobre os impactos e consequências dessas formações no interior das escolas públicas. Foi possível verificar, com base nos estudos de Adrião et al. (2012), Ferreira e Silva (2014) e Caetano (2018), que há um crescimento de municípios que vêm ampliando as parcerias público-privadas junto ao setor privado, com direção à oferta de programas de formação continuada aos professores.

Ademais, é importante enfatizar que essa simbiose entre as esferas pública e privada tem acentuado a valorização do discurso falacioso de que o privado é superior ao público, devendo ser o direcionador e orientador do segmento social. Essa opção leva cada vez mais à desresponsabilização do Estado pela garantia da formação dos professores, já que as empresas estão aumentando a participação nesse processo, o que se dá à custa de recursos do fundo público.

Em relação às origens das produções selecionadas, constatou-se que, dos dez artigos escolhidos, seis surgem como resultado do grupo de pesquisa intitulado “Relações público-privado na educação”, o qual está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/ UFRGS). Quatro dessas produções resultam do grupo de pesquisa “Políticas Públicas e Educação”, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que mostra ainda a limitação da produção científica em relação à formação continuada e às parcerias com empresas.

- **Modalidades de políticas de formação continuada de professores**

A categoria “modalidades de ofertas de políticas de formação continuada de professores” teve $f = (04)$ e os artigos trazem objetos de reflexões sobre a formação continuada de professores, ofertada via empresas para as escolas públicas (CAETANO; PERONI, 2014; CAETANO, 2018; RODRIGUEZ; SILVA, 2015; RODRIGUEZ; VIEIRA, 2012).

As categorias iniciais “política de formação continuada”, “ofertas de formação continuada de professores” e “formação de professores no programa Jovem de Futuro” emergiram das análises dos artigos e nos permitiram entender que o sentido discutido no contexto dos textos analisados surge de novas possibilidades de ofertas de políticas de formação continuada de professores. Isso se configurou na categoria final, já que essas estão sendo disponibilizadas pelos estados e municípios, com aumento das parcerias público-privadas, seja na formação ou na compra de material apostilado.

Caetano e Peroni (2014) analisaram a proposta de formação dos professores, realizada via Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro, abordando o conteúdo da proposta de gestão do programa. Para as autoras, a gestão escolar para resultados utiliza de ferramentas gerenciais próprias da lógica das empresas, como o PDCA⁷ (Planejar, Fazer, Verificar e Agir), que visa a padronização e o controle do processo educacional. Elas ainda destacam que a parceria das escolas com os institutos empresariais é uma “das formas encontradas para o capital chegar diretamente à escola, à sala de aula, e definir e controlar o que e como será ensinado” (PERONI; CAETANO, 2014).

Na mesma direção, Rodriguez e Silva (2015) analisam a existência de uma perversidade que se oculta na relação público-privada. Perversidade esta que incute valores morais e éticos, que molda professores e gestores, cooptando-os em uma lógica mercadológica extremamente excludente e desigual.

Para esses autores, a inserção do setor privado na formação de professores é uma vertente dentro de um processo camuflado de mercantilização da educação pública. Eles ressaltam, também, a necessidade de reflexão crítica sobre a suposta participação da sociedade civil na educação através da atuação do terceiro setor e das empresas privadas, haja vista que, sob a égide da participação, entidades privadas passam a atuar na formação continuada de professores. (RODRIGUEZ; SILVA, 2015).

Caetano (2018) sinaliza que a presença do setor privado mercantil na educação interfere na política educacional e na formação de professores, com repercussão no trabalho

⁷O Total Quality Control (Controle Total de Qualidade) surgiu nas grandes indústrias no século XX deriva do “Ciclo de Shewhart” de W. Edwards Deming, nome dado em homenagem a Walter Shewhart, um estatístico muitas vezes referido como o pai do controle de qualidade moderno. O ciclo PDCA (*plan – do – check – act*) é uma ferramenta de gestão é responsável por planejar processos, aplicá-los, prever falhas, solucioná-las e conferir resultados, um método mundialmente reconhecido para melhoria contínua de gestão composta pelas seguintes etapas: P (do inglês – *Plan*) = Planejamento, D (do inglês – *Do*) = Execução, C (do inglês – *Check*) = Verificação, A (do inglês – *Act*) = Atuar/Agir.

docente, atingindo as formas de ensinar e o que deve ser ensinado (método e conteúdo). Afirma que há uma alteração no significado de ser um professor, aluno e pai, formando uma visão hegemônica mercantil. A autora constata por meio da análise do programa Ensina Brasil, que compõe uma rede com atuação no setor público voltada para a expansão das oportunidades educacionais em 60 países ao redor do mundo; essa oferece curso de formação pedagógica realizado em parceria com universidades sobre a teoria e elementos de metodologias específicos da matéria por disciplina a ser lecionada. Ao final desse curso, o participante recebe uma certificação equivalente a uma licenciatura específica da sua disciplina e que tem repercutido na formação de professores, através de uma instrução aligeirada, sem base teórica sólida para os professores, o que contribui para a precarização e desprofissionalização do trabalho docente. Outro elemento importante destacado da formação continuada foi verificado por Vieira e Rodriguez (2012), os quais, em estudo na rede de ensino de Campinas, estado de São Paulo, constataram o aumento da participação das diversas formas não estatal na oferta de formação continuada de professores e gestão educacional, entre outras formas não menos relevantes. Constataram ainda que “municípios com estruturas fragilizadas, premidos pela sua realidade, desconhecem esse princípio e procuram, no setor mercantilizado, pacotes prontos para enfrentar seus problemas” (VIEIRA; RODRIGUEZ, 2012, p. 88), no que aparenta ser “o canto da sereia”, nem sempre atendendo satisfatoriamente os problemas que esses municípios enfrentam.

Por último, o estudo deixou evidente que a atuação individual de cada município se mostra insuficiente para disputar com o setor privado a oferta de formação docente. A opção por “ações individualizadas fragiliza regionalmente, criando assimetrias nas ações de formação” (VIEIRA; RODRIGUEZ, 2012, p. 88).

5. Considerações Finais

A presente revisão de literatura permitiu-nos realizar um levantamento das produções em artigos dos últimos anos (2006 a 2019), que trataram sobre as parcerias público-privadas e formação continuada de professores. Considerando os trabalhos excluídos pelo critério de elegibilidade, percebe-se, por esse quantitativo de artigos, a escassez de produção sobre a temática.

Destacamos que as discussões das pesquisas apresentadas sobre as parcerias público-privadas para formação de professores se apresentam como uma tendência que deve se

intensificar nos próximos anos. Essas ações e programas costumam ter como foco o “treinamento”, o qual assume a lógica dos processos gerenciais, de forma massiva e repetida, com vistas à reprodução de pacotes de orientações a serem incorporados pelo professor em sala de aula, que adotam modelos pré-estabelecidos, os quais supostamente atendem às limitações que, aparentemente, o corpo docente apresenta.

Essa tendência se aproxima da concepção de professor como prático (PÉREZ GOMEZ, 1998), ou um tecnólogo (VEIGA, 2012), com uma racionalidade técnica que apenas executa o que é caracterizado por Freitas (2018) como um novo tecnicismo ou *neotecnicismo*. Freitas (2007) já anunciava a necessidade de uma formação com base teórica sólida apoiada no conhecimento científico, que proporcionasse ao professor fazer uma reflexão crítica sobre sua prática pedagógica e sobre a realidade na qual está inserido, buscando superar as práticas pedagógicas desarticuladas, fragmentadas e simplistas.

Dessa forma, os institutos e as fundações privadas em rede de atuação estão cada vez mais adentrando nas escolas com projetos, programas, tecnologias voltadas à formação do professor. O que, em princípio, poderia ser entendido positivamente, reveste-se de uma concepção de instrução utilitarista, cujos reflexos, impactos na formação continuada, na autonomia e reconhecimento dos docentes precisam ser mais bem analisados, ou seja, de novas pesquisas que nos permitam verificar o alcance dessas ações, pois a revisão nos mostra apenas dois artigos que procuraram analisar os efeitos dessas PPP no trabalho docente, em sua carreira e na valorização desse profissional.

Em vista disso, enfatizamos que as produções ainda concentradas nas regiões sul e sudeste, apesar de os institutos e fundações estarem atuando no Brasil todo. Outra constatação é a de que, em sua maioria, os artigos foram publicados em periódicos classificados como *Qualis A*; cerca de 90% das publicações ocorreram nos anos de 2012 a 2018, período da pesquisa desenvolvida nos dois grupos da Unicamp e da UFRGS.

Outro elemento a ressaltar é o de que as pesquisas brasileiras sobre as parcerias público-privadas têm privilegiado as experiências municipais com foco na gestão escolar, e na venda de material didático (apostilamento). No entanto, esse é um fenômeno global, que visa o fortalecimento do mercado voltado à educação escolar, já que, em tempos de constantes crises do sistema capitalista, esse campo pode também transformar-se em uma mercadoria. Assim, a formação de professores destaca-se como mote de convencimento da lógica privada/mercantilista e de alinhamento a uma formação e concepção de sujeito empreendedor. (DINIZ-PEREIRA; ZEICHNER, 2019).

Por último, a revisão nos permitiu apontar que as PPP estão fortalecidas em relação à educação em todos os níveis no Brasil. Os setores privados, por meio dos grupos empresariais, organizam-se propondo um tipo de educação restrita à satisfação das necessidades de mercado. Ademais, essas pesquisas ainda se apresentam em quantitativo e abrangência bem restritas em comparação aos avanços dos institutos empresariais e sua atuação junto à educação.

Referências

- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, abr./jun. 2012.
- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; BERTAGNA.; H.; PAIVA, G.; XIMENES, S. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 134, p.113-131, jan./ mar., 2016.
- ATALLAH, N. A.; CASTRO A. A. Revisões sistemáticas da literatura e metanálise: a melhor forma de evidência para tomada de decisão em saúde e a maneira mais rápida de atualização terapêutica. **Diagnóstico & Tratamento**. v. 2, n.2, p.12-15, 1997.
- BALL, S. J.; OLMEDO, A. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M.. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 33-47.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, E. P.. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Biociências, UNESP, São Paulo. 2008.
- CAETANO, M. Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 1, p. 120-131, jan./abr. 2018.
- CAETANO, M.; PERONI, V. Relações entre o público e o privado e a formação de professores no programa jovem de futuro do Instituto Unibanco. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v.7, n.3, p.537-551, set/dez/2014.
- CAETANO, M.; PERONI, V. Atuação em rede e o projeto jovem de futuro: a privatização do público. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407-428, abr./jun. 2016.
- COUNSELL, C. Formulating questions and locating primary studies for inclusion in systematic reviews. **Ann Intern Med**, v.1, n.127, p.380-7, 1997.
- CÓSSIO, M. de F. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, jan./abr. 2018.

COCHRANE, **Reviewers**. Handbook. In: Review Manager (RevMan) [Computer program]. Version 4.1. Oxford, England: The Cochrane Collaboration, 2000. Available from: <http://www.cochrane.dk/cochrane/handbook/hanbook.htm>. Acesso: 10 de julho de 2019.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. **Formação de professores**: tentativas de privatização da preparação de docentes da educação básica no mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FERREIRA, V. S.; SILVA, S. C. V. Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-206, July/Dec, 2014.

FREITAS, H. C. (Nova) Política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1203-1230. 2007.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: novas direitas e velhas ideias. São Paulo: expressão popular, 2018.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUÑOZ, S. I. S; AKAYANAGUI, A. M. M.; Santos, C. B.; SANCHEZ-SWEATMAN; O. Revisão Sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: Proceedings of the 8. **Brazilian Nursing Communication Symposium**. San Pablo (SP, Brazil) [online]. 2002.

PÉREZ GOMEZ, A. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GOMEZ, A. (Orgs). **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 253-372.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. **XI Reunião Regional da ANPED-SUL**, Curitiba, jul/2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Confer%C3%A0ncia-de-Abertura-Vera-Peroni.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PERONI, V.M.V.; CAETANO, M. R. O Público e o Privado em educação. Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

RODRIGUEZ, V.; VIEIRA, M. Descentralização e formação continuada de professores na RMC. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 67-90, maio/ago. 2012.

RAMOS, M. D.; DRI, W. I. O. O setor privado no sistema educacional brasileiro: uma vertente da mercantilização da educação. **Revista Acta Scientiarum**, Education. Maringá, v. 34, n. 1, p. 71-80, jan./june, 2012.

RODRIGUEZ, V.; SILVA, D. P. Formação continuada em serviço em contextos descentralizados. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 35, n. 97, p. 553-574, set./dez, 2015.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática e revisão narrativa. **Revista Acta Paul Enfermagem**, v.20 nº 02. 2007.

SAMPAIO; R.F; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SILVA, M. S. P. da; CARVALHO, L. S. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014.

VEIGA, I. P. A. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. M.. (Orgs). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2012, p. 13-22.